

BREVE ANÁLISE DA CRISE FINANCEIRA DE 2008

Francielle das Neves S. SILVENTE

O presente resumo tem por objetivo relatar o contexto da crise econômica americana de dois mil e oito. Têm fortes elementos de origem político-histórica, os reguladores financeiros impostos após a crise de mil novecentos e vinte, com o fim de proteger o mercado financeiro de quebras e especulações artificiais e nocivas, esbarra diretamente no conceito americano de neoliberalismo não intervencionista, que prevê a intervenção mínima do Estado na economia. Nesse conceito dúbio entre a necessidade de regulamentação e controle sobre algo vital e letal sobre a estabilidade econômica e o direito de livre escolha do mercado de se auto-regular pelo princípio da oferta e demanda, sem a intervenção do Estado, o legislador deveria criar leis que na medida do possível respeitassem a liberdade do mercado, mas com órgãos reguladores e fiscalizadores dos limites dessa liberdade, para que com isto a integralidade dessa liberalidade fosse preservada. O ocorrido na realidade fática americana, no entanto e infelizmente, foi bem diferente desse utópico ideal. O poder econômico das instituições financeiras americanas, através de um complexo esquema político, em essência baseado em lobistas, doações a campanha bem como a concessão de elevados cargos corporativos de suas instituições a ex-congressistas, minou a visão óbvia da necessidade ainda que de forma moderada, da regulação do mercado financeiro pregando o neoliberalismo econômico quase que absoluto (para setores específicos é claro) o que resultou numa das maiores crises econômicas mundiais. O resultado da “não intervenção” estatal resultou na necessidade de intervenção estatal com investimentos públicos na ordem de bilhões de dólares, para se evitar o efeito “domino” e uma crise de proporções ainda maiores. O que se viu foi uma intervenção estatal sem precedentes, embora necessária, com certeza tal medida, foi friamente calculada e esperada pelo setor financeiro que dela se beneficiou, foi um crime premeditado em seus mínimos detalhes. A omissão estatal resultou num depósito excessivo de confiança nas agências de avaliação de ativos financeiros, que conceituavam os papéis do mercado de acordo com seu fator de risco, em uma escala pré-determinada. Fácil prever que à credibilidade de tais agências privadas não se comportaria diferentemente do congresso americano quando exposto ao mesmo estratagema, mera lei da física. Os conceitos emitidos eram falhos e estimularam grandemente a valorização e comercialização de títulos superfaturados. A Crise em si é simples, seu esquema nada tem de genial ou mirabolante, o resultado, o esperado, a impunidade cercada de bilhões, a história é farta em frisar o bordão “quem rouba tostão é ladrão, quem rouba milhão é barão”, nesse caso não foi diferente. Figuras centrais da crise hoje ocupam importantes cargos no governo, prêmios milionários foram pagos aos “pais” da crise, que foram deixados em paz, livres de qualquer punição ou retaliação, e que em tese, não demonstram o menor remorso inclusive, se consideram reis em seu jogo, que na verdade realmente o são, se permitirmos que como no caso da Crise, os donos do capital criem as próprias regras de seu jogo, e as modifiquem a seu bel prazer, sem regulamentação ou fiscalização.

Palavras-chave: Crise Econômica Americana. Mercado Financeiro.

¹ Discente do 4º ano do curso de Administração das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. fransilvente@hotmail.com